

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

RIO GRANDE DO SUL: UMA PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO

Rogério Haesbaert da Costa

Boletim Gaúcho de Geografia, 10-11: 5-9, maio, 1983.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37639/24290>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 1983

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

RIO GRANDE DO SUL: UMA PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO

Rogério Haesbaert da Costa*

O último recenseamento mostrou de maneira flagrante a intensidade do deslocamento da população e da renda interiorana para os grandes centros do Rio Grande do Sul (como reflexo de uma estrutura concentradora muito nítida a nível nacional). Os chamados centros regionais reforçaram sua posição frente a suas áreas de influência, bem como viram intensificada sua dependência em relação ao centro dominante, representado nos limites estaduais pela área metropolitana de Porto Alegre.

A delineação de um centro cada vez mais hegemônico (ainda que subordinado a outros centros maiores - no caso, São Paulo e as "cidades mundiais" capitalistas), de centros intermediários e de áreas periféricas extremamente dependentes tornou-se uma evidência muito clara. É como se a inserção definitiva do RS num sistema econômico mundializado, intrinsecamente contraditório e desigual, acentuasse em sua geografia, em seu espaço, essas contradições e o processo concentrador que o acompanha.

Com todas as suas limitações e críticas, a teoria da dependência (centro-periferia) na explicação genérica das manifestações espaciais do processo econômico, parece eficaz e, pelo menos no atual nível de teorização, uma fonte de explicação bastante reveladora.

Se considerarmos os conceitos mais atuais de região, dentro do método dialético, podemos associá-los à teoria da dependência, no sentido colocado por Cardoso (1980) de um relacionamento centro-periferia interdependente e assimétrico.

Para Francisco de Oliveira (1977; 3ª ed. 1981, p. 29), "uma 'região' seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, (...) onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição." (...) "assim, sucessivamente, as diversas formas de reprodução do capital

* Aluno de Pós-Graduação em Geografia na UFRJ, geógrafo e licenciado pela UFSM.

conformariam 'regiões' distintas". Em outras palavras Duarte (1980) sintetiza o conceito de região como "uma dimensão espacial das especificidades sociais em uma totalidade espaço-social", enfatizando que a região não é apenas um espaço homogêneo em termos de suas relações de produção, mas sim "um bloco espaço-social que por suas especificidades oferece resistência à homogeneização da sociedade e do espaço pelo capital."

Desse modo¹, podemos reconhecer no Rio Grande do Sul diversas áreas em diferentes graus de "dinamismo" econômico, ou seja, com feições particulares de inserção no sistema de produção. Isto se reflete em estruturas, funções e formas específicas, configurando zonas que, se não dotadas de uma verdadeira identidade regional (onde a sociedade local ofereça uma resistência organizada à homogeneização imposta pela difusão capitalista), pelo menos assumem uma posição própria, em função de interesses externos, a nível estadual, nacional ou mesmo internacional.

Tomada não-dualisticamente, dentro da lei de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo - em diferentes escalas espaciais, a noção de centro e periferia coloca nossa área de estudo - o RS, como uma periferia relativamente "dinâmica" no contexto brasileiro. "Dinâmica" no sentido de ter sido "favorecida" na divisão regional do trabalho, tornando-se um núcleo razoavelmente capitalizado, gerador de divisas para o Sudeste concentrador, através de uma agricultura em parte modernizada, fornecedora de alimentos e culturas de exportação (financiadora das importações sofisticadas do "centro") e de uma indústria abastecedora de bens intermediários para os produtos acabados do Sudeste.

Assim como, a nível internacional somos "periferia" na qualidade de nação dependente, o nível nacional também reproduz esse processo centralizador característico da economia capitalista e, como é nosso objetivo verificar, ainda o encontraremos em outra escala de análise - a intraestadual (seguindo em frente, a própria escala da cidade o manifesta, na contradição do centro e dos bairros ricos com a periferia pobre e politicamente marginalizada). Não esqueçamos, contudo, que não se tratam de "periferias" ou "centros" num sentido dualista, como tratado por Friedmann e Becker (1972), onde o centro se impõe como "difusor de desenvolvimento" frente a uma periferia "atrasada" que tenderia ao desaparecimento. São áreas intimamente relacionadas que retratam, a nível internacional ou local, o desenvolvimento capitalista desigual e combinado, sem as quais este não sobreviveria. Outra observação relevante é não tomarmos essa relação, como o fazem muitos geógrafos, como uma relação entre áreas (Folke, 1978), já que incluem em si mesmas a contradição de classes?

Com base nessa breve argumentação teórica e em caráter preliminar, sem pretensão maior, podemos esboçar uma divisão regional do RS, retomando dialeticamente os "tipos" regionais propostos por Becker (1972) para o Brasil. Esta divisão, que pode ser visualizada no mapa anexo, compreende as seguintes "regiões":

- O Centro irradiador (e concomitantemente concentrador): corresponde à região metropolitana de Porto Alegre (área urbanizada), centro demográfico (28,7% da população do Estado), econômico (47%

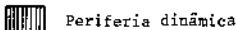
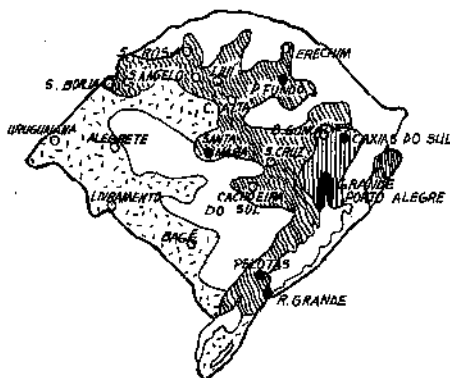
do ICM recolhido no Estado) e político, cuja importância se acentua cada vez mais no espaço estadual e mesmo fora dele, considerando que a área de influência de Porto Alegre estende-se ao oeste e sul de Santa Catarina. É a partir dele que se difundem as inovações e se decidem os investimentos de maior porte, sempre em benefício da própria concentração econômica local. Não obstante seu dinamismo em relação às demais regiões do Estado, representado notadamente pela industrialização, possui uma periferia pobre, formada por "malocas" e cidades-dormitório de classe média baixa, cada vez mais populosas (Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí e Sapiranga duplicaram sua população na última década).

- Periferia dinâmica: constituída pela área imediatamente ao norte da metrópole, incluindo seu "cinturão verde", onde pequenos agricultores dedicam-se à pecuária leiteira e à hortifruticultura, e parte da zona colonial antiga, revitalizada pela industrialização (centralizada por Caxias do Sul e, secundariamente, Bento Gonçalves). Apesar do excessivo fracionamento da terra na zona rural, tem-se conseguido manter certa produtividade agrícola (através da regionalização de certas culturas, como a da uva), mas o setor dinâmico é o secundário, responsável pelo intenso fluxo de migrantes para os principais núcleos urbanos.

- Periferia de crescimento lento: no atual contexto da economia nacional, praticamente todo o Estado estaria nessa "classificação". Contudo, considerando nosso período temporal de análise, não-circunstancial, incluiríamos aí dois amplos subespaços, cada qual com sua base econômica: a região latifundiária predominantemente pastoril, representada pela "fronteira" ou campanha gaúcha e partes do planalto médio, e a região de predomínio de pequenas e médias propriedades, de base agrícola, constituída basicamente por zonas de colonização não deprimidas e por áreas de expansão da empresa rural, alicerçadas no binômio trigo/soja. Apesar de algum crescimento verificado no setor agrícola nos últimos anos, também nessa região as cidades funcionam como propulsoras da organização do espaço, imposta pelo sistema internacional (a opção pela cultura da soja é um exemplo claro). É a partir delas que se difundem a capitalização do campo e a conseqüente evasão de minifundiários (excluídos do sistema produtivo) para fornecerem mão-de-obra barata às indústrias e serviços urbanos, que se restringem localmente aos ramalhos ligados à atividade agrária, ou executarem serviços subalternos (tipo "camelô"), subempregos que ainda assim têm sua função como elo entre os diferentes circuitos da economia.

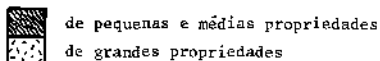
- Periferia deprimida ou de crescimento nulo: trata-se de uma área em expansão, à medida que expressiva parcela do espaço gaúcho vê-se marginalizada no sistema econômico, em detrimento do "dinamismo" (relativo) da região central e dos núcleos urbanos secundários, verdadeiros "sugadores" de população e investimentos. Embora sem grande precisão, podemos incluir nesta região periférica deprimida um vasto interior que, ao mesmo tempo que diminui sua participação no "bolo" econômico do Estado, perde população. Foi o que ocorreu na década de 70 com as áreas conhecidas como serras do Sudeste, o centro (excetuando-se o "núcleo", Santa Maria), os "campos de cima da serra" (Vacaria e Soledade), o litoral de Mostardas (talvez a região mais pobre do Estado) e grande parte da zona

Com o papel "macrocefálico" desempenhado cada vez mais acen-
tuadamente pela Grande Porto Alegre e a conseqüente intensificação
das desigualdades no espaço estadual, o quadro regional futuro re-
vela-se desalentador. Aos que permanecem marginalizados pelo sis-
tema produtivo, cabem "soluções" como a venda de terra e a migra-
ção, seja para as novas fronteiras agrícolas, ainda existentes, se-
ja para a periferia dos centros urbanos. Em ambos os casos estarão
perfeitamente integrados à realidade sócio-econômica (e não "margi-
nais" a ela), devastando a mata para o posterior ingresso do gran-
de capital ou articulando-se como mão-de-obra barata à indústria
e em subempregos terciários, indispensáveis ao pleno funcionamento
da estrutura econômica. De qualquer forma, a verdadeira identidade
regional se vê dissipada e, não fossem os recentes movimentos polí-
ticos-culturais de base local, pouco se teria a esperar para um
Rio Grande em que o conceito de "região", autônoma e participante,
pudesse ser resgatado.

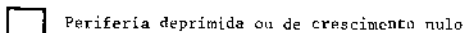


- O Núcleos secundários (emergentes)

Periferia de crescimento lento:



- O Núcleos secundários



BIBLIOGRAFIA CITADA:

- BECKER, Bertha K. (1972). Crescimento econômico e estrutura espacial do Brasil. RJ, IBGE, Rev. Bras. Geo., ano 34(4)
- CARDOSO, Fernando H. (1980) As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis, Vozes.
- COSTA, Rogério H. e MOREIRA, Igor. (1982) "O Rio Grande urbano e uma proposta de regionalização" in Espaço e Sociedade no RS. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- DUARTE, Aluizio C. (1980) Regionalização: considerações metodológicas in Bol. Geog. Teorética, R. Claro, 10(20):5-32.
- FOLKE, Steen. Primeiras reflexões sobre a geografia do imperialismo. In "seleção de textos", AGB/SP, nº 5, dez. 1978.
- OLIVEIRA, Francisco de. (1977) Elegia para uma re(li)gião Rio de Janeiro, Paz e Terra (3ª edição, 1981).

NOTAS:

1. A partir daí, a maior parte do texto tomou como base o último capítulo do livro "Espaço e Sociedade no RS" (Costa e Moreira, 1982), acima citado.
2. Interessante, a esse respeito, o trabalho de Santos (1979) "A periferia está no pólo: o caso de Lima, Peru" (in Economia Espacial, críticas e alternativas. Sp. Hucitec).